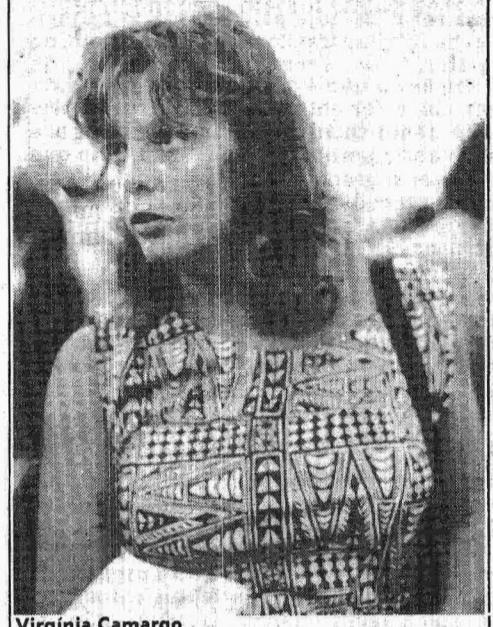


MENSALIDADE: FAÇA SUAS CONTAS.



Anete Lopes



Virginia Camargo

É o fim da confiança nas escolas particulares?

Pais abordando os professores na porta das escolas para questioná-los sobre o salário. Alunos mais indisciplinados nas salas de aula, acusando a escola de roubo. Diretores e professores desorientados com o procedimento dos estudantes. Pais exigindo que as escolas apresentem suas planilhas de custos, regularmente.

Segundo já admitem alguns diretores, o maior problema do aumento das mensalidades não foi financeiro, mas de perda de credibilidade nas escolas particulares.

— Parece que as pessoas ainda não se deram conta da seriedade do problema — observa Sílvia Figueiredo Gouveia, diretora do colégio Nova Lourenço Castanho. — A escola é um segundo lar da criança, onde ela passa grande parte de seu dia. É necessário que o ambiente seja o mais saudável possível, e não o que anda acontecendo de alguns meses para cá.

Nesse ambiente tenso, os pequenos ficam na defensiva e perdem a naturalidade, enquanto os de mais idade passam a agredir os professores, repetindo o que ouvem em casa — adverte Sílvia. — Provocações como "meu pai paga caro e eu faço o que quero", ou "essa escola só faz roubar a gente" estão se tornando rotineiras nas salas de aulas de escolas particulares — ela diz. E admite que se essa discussão continuar por mais tempo deverá abalar, sensivelmente, a relação entre o educador e o educando. "Eu acredito que essa geração que está se formando poderá perder a credibilidade nas escolas. Isso é um problema muito sério, que não está sendo abordado com a dimensão que merece", alerta.

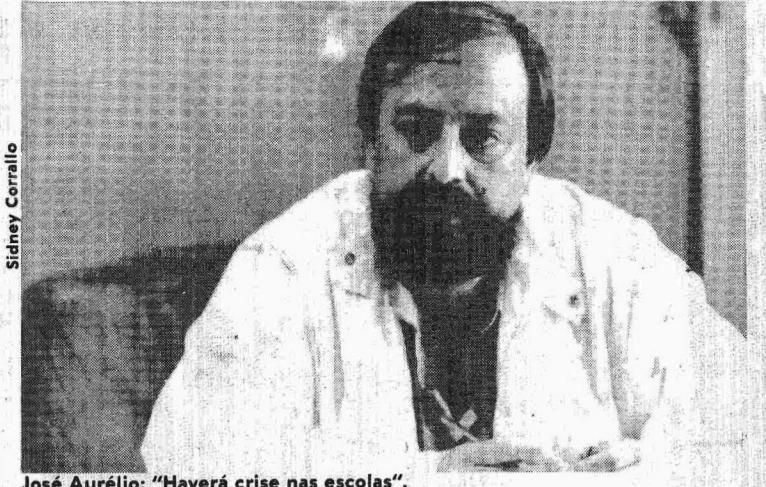
Questionar os professores nas portas das escolas para saber seus salários está virando prática comum em algumas escolas. É o caso, por exemplo, do colégio e faculdade Santa Marcelina. Insatisfeita com as explicações da diretoria, Virginia Camargo, mãe de uma menina e estudante universitária da escola-faculdade, passou a investigar, entre os professores, qual o percentual de aumento das mensalidades que está sendo repassado a eles. "É preciso que todos se unam e investiguem a necessidade real de todos esses aumentos abusivos", diz Virginia.

Apresentar as planilhas de custos aos pais de alunos foi a única forma que Lena Bartman, diretora do berçário e pré-escola Ibeji, encontrou para mostrar as necessidades reais dos aumentos. "A coisa está muito confusa", admite Lena. "Os próprios pais, depois de dissecarem nossas planilhas chegaram à conclusão de que os aumentos são viáveis. Eu acredito que tudo isso está sendo feito, pelas autoridades governamentais, para desviar a atenção do problema real: a péssima qualidade do ensino público."

Empurrando um carrinho do supermercado com os dois filhos dentro, Anete Lopes, mãe de duas crianças que estudam no colégio Pentágono, quase não tinha lugar para as compras. Mas garantiu: o pequeno espaço era suficiente para o que ela iria adquirir, já que a parte maior do salário de seu marido está indo para as escolas. "O aumento dessa vez foi gritante", reclamou. "O ambiente e os professores do Pentágono são excelentes, mas isso não justifica as mensalidades extorsivas. Eu perdi totalmente a confiabilidade em nível financeiro na escola", admitiu. "Mas mantenho as crianças lá porque a qualidade de ensino é excelente", justificou.

O diretor-secretário do colégio Pentágono, Pio Rodrigues Lima, não admite que exista uma perda de credibilidade em sua escola. "Peço menos, não quanto à qualidade de ensino", ressalva. Mas Sílvia Gouveia, diretora do Lourenço Castanho, acha que não há uma perda de credibilidade por etapas. "Ninguém pode dizer que continua confiando pedagogicamente em uma escola, se não tem a mesma crença no aspecto financeiro. Os pais têm que tomar uma decisão: acreditar ou não na escola que escolheram para seu filho", ela aconselha.

Sandra Moretti



José Aurélio: "Haverá crise nas escolas".



Hugo Napoleão, reunido com representantes da Fazenda.

A "liberdade vigiada" acabou. Com o novo decreto, os reajustes acompanham a URP. Mas há muitas correções.

O presidente José Sarney baixou decreto ontem suspendendo o regime de liberdade vigiada para as escolas, no que se refere à cobrança de suas anuidades e mensalidades. A partir de agora, os reajustes das mensalidades escolares vão compor a URP (Unidade de Referência de Preços), mas sofrendo antes, com base nos valores cobrados em dezembro último, uma correção que leva em conta 70% dos reajustes salariais concedidos aos professores na data-base deste ano e a inflação verificada nos meses de janeiro e fevereiro. As escolas que cobraram a mais em comparação com a nova sistemática de reajuste fixada pelo governo, terão de devolver a diferença em dinheiro ou abatê-las nas mensalidades futuras. No entanto, terão direito a uma margem de lucro que não poderá exceder a 10% do total dos seus custos.

A nova sistemática

Para compreender bem a nova sistemática de correção das mensalidades escolares, tudo que você precisa saber é de quanto foi a URP (Unidade de Referência de Preços) dos meses de janeiro (9,19%), fevereiro (9,19%) e março (16,19%); as taxas de inflação dos meses de janeiro e fevereiro, medidas pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor), respectivamente de 16,51% e 17,96%, e o percentual de reajuste concedido pelas escolas aos professores na data-base, que em geral é o mês de março. Em São Paulo, os professores obtiveram um reajuste salarial de 96,51%.

Uma vez conhecidos estes dados, agora é só fazer as contas. Para facilitar o raciocínio, suponha que em dezembro de 1987 você pagava uma mensalidade para a escola do seu filho no valor de C\$ 1.000,00.

Pela sistemática estabelecida pelo governo, você deve corrigir este valor pela URP do janeiro. Aplica, portanto, 9,19% sobre os C\$ 1.000,00, e obtém a nova mensalidade reajustada para C\$ 1.091,90. Em seguida, aplique a este último valor a URP de fevereiro, obtendo, assim, C\$ 1.192,24. Com isto, foi corrigido o valor da anuidade escolar com um índice compatível com os aumentos salariais que você obteve, com base na URP.

Em março, contudo, por ser o período da data-base dos professores (no caso de São Paulo, por exemplo), a escola do seu filho terá que dar aumento aos professores e estará também sujeita a outros custos. Tudo isto será levado em conta. Prósiguindo os cálculos: o último valor encontrado foi C\$ 1.192,24. Agora, você deve corrigir este valor em 67,56%, no caso de São Paulo. E por que este percentual? Porque ele representa 70% do aumento dado aos professores na data-base. E por que pegamos 70% e não 50% ou 80%? Porque, segundo o governo, o custo da mão-de-obra, para as escolas (salários dos professores) representa 70% dos custos totais da escola. Explique isso, corrigimos em 67,56% os C\$ 1.192,24, obtendo, assim, C\$ 1.997,72. Com isto, as escolas transferirão para as mensalidades os seus custos com a mão-de-obra. Mas ainda temos contas para fazer.

Ora, se 70% do custo total das escolas é com mão-de-obra, temos que 30% representar custos com outros setores que não salários, tais como energia elétrica, telefone, água, gás etc. E de uma maneira geral, estes custos, que representam 30% do total, acompanharam a inflação, ou seja, o IPC. Como já aplicamos a URP nas mensalidades para os meses de janeiro e fevereiro, tudo que temos de fazer agora é dar o diferencial entre a inflação e a URP naqueles dois meses. Mas não daremos este diferencial sobre tudo, mas só sobre 30% dos custos escolares.

Nós sabemos que a inflação acumulada de janeiro e fevereiro foi de 37,435%, e que a URP acumulada desses dois meses foi de 19,224%. O diferencial é, portanto, de 15,27% (este cálculo é feito dividindo-se 1,37435 por 1,19224). Agora, calculamos 30% de 15,27%, que dá 4,581%. Este é o percentual que será aplicado sobre C\$ 1.997,72, que dá C\$ 2.089,24. Mas a conta ainda não terminou — falta a inflação de março, para ser repassada para as mensalidades, apenas que não se refere aos 30%. O correto seria calcularmos af 30% do IPC, que mede a inflação. Mas para facilitar as coisas, o governo preferiu tomar como parâmetro a URP, porque ela é conhecida para três meses à frente e não se tem que esperar um novo número a cada mês. No caso das datas-bases de março, isso não dá nenhuma distorção porque a inflação foi praticamente igual à URP.

Então, calculamos 30% de 16,19%, que é o valor da URP de março, e achamos 4,857%. Aplicamos este percentual sobre o nosso último número em cruzados, os C\$ 2.089,24, e achamos o valor final da mensalidade, que é de C\$ 2.190,72. Como o valor inicial da prestação era de C\$ 1.000,00, o aumento sofrido foi, portanto, de 119%.

Este seria o percentual obtido com as regras básicas fixadas. Só que o decreto que instituiu a nova sistemática permite a cobrança de até 10% dos custos totais na forma de lucro da escola, a reposição do diferencial que restou do gatilho, e coisas desta natureza. Determina ainda que as escolas que estão no prejuízo terão seu caso examinado fora dessas normas. O fato é que, a partir da data-base dos professores, o reajuste da mensalidade segue a URP, basicamente, tendo a escola o direito de pleitear um percentual de margem de lucro limitado a 10% do total dos seus custos.

Mecanismo complexo

Para o ministro da Educação, Hugo Napoleão, "o Ministério da Fazenda salvou a fórmula de reajuste do decreto". E que, de uma fórmula simples, que considerava a variação da URP mais o dissídio dos professores nos Estados, chegou-se a um mecanismo mais complexo, que instituirá um preço para cada escola em particular.

A fórmula particulariza quando se chega ao mês da data-base dos professores. Tomando-se a mensalidade de dezembro, as escolas vão corrigindo pela URP, mês a mês. No entanto, no mês da data-base elas poderão repassar 70% do valor do reajuste que pagaram aos seus professores.

A principal dificuldade dessa fórmula será a fiscalização. Os Conselhos Estaduais de Educação, que já não conseguiram analisar os recursos quando havia liberdade de preços, terão de fiscalizar agora os índices de cada uma das 35 mil escolas. O ministro da Educação comprometeu-se a aparelhar os Conselhos que se julgarem incompetentes para executar esse trabalho, embora esse compromisso não figure mais no decreto assinado ontem.